

A complexidade de ser bebê: reflexões acerca de sua visibilidade nas creches e nas pesquisas

O que sabemos sobre bebês? Como constroem conhecimentos e (re)criam culturas? Que experiências poderiam preencher os currículos das creches? Quais seus espaços de participação nas pesquisas? Expressam-se, interpretam, produzem significados e interagem em quais linguagens? Como isso vem sendo possibilitado nas instituições de Educação Infantil? Essas e outras muitas questões acerca dos bebês e da docência na creche têm estado cada vez mais em nossas problematizações e discussões, principalmente porque o contexto atual as está exigindo.

E, apesar de ter perguntas, não buscamos respostas únicas, acabadas, pois são incompatíveis com a sociedade a que pertencemos, as infâncias com as quais nos deparamos, as crianças com que convivemos. Podemos até dizer que buscamos mais perguntas: esta é realmente a nossa busca, pois são os questionamentos que dão sentido ao trabalho docente e instigam a mudança, o aperfeiçoamento, a preparação. Refletir e ser movido pelo que inquieta não é fácil, reconhecemos, mas é uma maneira viável de acompanhar as mudanças e estar, como diz Bondía, “aberto à sua própria transformação” (2002, p.26).

E essa transformação é um importante aspecto que nos torna comprometidas com o processo educacional, já que estamos sempre nos transformando, nos constituindo, a cada encontro com as crianças, com seus responsáveis, a cada reunião de formação continuada, reconstituindo-nos, portanto. Nesse contexto de mudanças e encontros com o novo, é inegável o fato de haver cada vez mais estudos e pesquisas sobre a pequena infância e suas vivências nas instituições educacionais, bem como preocupação e transformação nas experiências que lá são vividas. Mas, como dizem Silva e Pantoni,

Apesar da existência de alguns centros nacionais de pesquisa que vêm acumulando conhecimento na área, ainda são poucos os estudos que tratam principalmente das práticas e propostas pedagógicas para essa faixa etária [0 a 3 anos de idade]. Essa carência de estudos, por um lado, revela o quanto a educação vem demorando para incorporar a creche como objeto de investigação e, por outro, atesta a necessidade de que o campo evidencie seus saberes construídos a partir da experiência. Ademais, a carência de estudos nos fala também do status que atribuímos às crianças de 0 a 3 anos de idade no país. Essa ausência indica o não reconhecimento dessas crianças como sujeitos de direitos e como atores sociais. (2009, p. 8)

Percebendo a necessidade de mais pesquisas com crianças, especialmente, com bebês, intencionamos que esta escrita venha no sentido de contribuir com a motivação de profissionais da Educação que se permitam abrir ao novo, ao inesperado, almejando uma

verdadeira participação desses seres recém chegados no mundo, que desde o princípio já são sujeitos sociais ativos e produtores de culturas. Buscamos em recentes estudos sobre pesquisas com crianças/bebês¹ que partem de diferentes campos, como a Sociologia da Infância e a Antropologia da Criança, aporte teórico para pensar no significado dessas pesquisas e nas formas como vêm sendo realizadas, com vistas a valorizar seus sujeitos, ampliar seus espaços de participação e conhecê-los melhor, a partir da interação com eles.

Ao se ampliarem os estudos com bebês, eles e as creches poderão ser compreendidos de outras maneiras e mais educadores poderão se engajar por maior reconhecimento das potencialidades e especificidades dessas pequeníssimas crianças e maior qualidade nas relações educacionais e nos seus direitos, priorizando seu desenvolvimento integral. Até porque, se enquanto professores/professoras, pretendemos ser sempre pesquisadores/pesquisadoras, é importante pensar em quais metodologias podemos utilizar, como permitir que os sujeitos se expressem e tenham suas identidades e vidas respeitadas e quais as possíveis formas de dialogar com os demais e dar retorno dos resultados para os sujeitos que participaram da pesquisa.

Juntamente com o campo emergente das pesquisas com crianças bem pequenas e bebês, vêm ganhando visibilidade as linguagens com as quais cada criança, desde seu nascimento, se expressa, interage, experiencia, cria sentidos e culturas:

A dominância da comunicação verbal com adultos humanos sobre outras formas de comunicação está começando a ser questionada em alguns trabalhos recentes. Stoller (1997), Farnell (1994) e outros, têm nos mostrado a necessidade de buscar dados em outras formas de comunicação sensorial que não a linguagem verbal. As interpretações locais de como os bebês se comunicam talvez nos levem para muito além de nossos modelos verbais. O estudo de bebês nos permitiria considerar seriamente o imperativo teórico, que esses estudos estão exigindo, de somatizar nossos métodos. (GOTTLIEB, 2009, p. 323)

A partir disso, pensar acerca dos bebês e das linguagens humanas é uma forma de pensarmos sobre a Educação da Infância, pois ainda é muito forte a concepção de que

¹ Considerando a amplitude de especificidades e diversidade possíveis dentro do que entendemos por infância, valemo-nos, nesta questão, do documento do MEC *Práticas cotidianas na Educação Infantil – bases para a reflexão sobre as orientações curriculares*, em que são considerados **bebês** as crianças de 0 a 18 meses; **crianças bem pequenas** as que possuem entre 19 meses e 3 anos e 11 meses; **crianças pequenas**, as crianças de 4 a 6 anos e 11 meses e **crianças maiores** as que se encontram entre 7 e 12 anos incompletos (BRASIL, 2009). Tal diferenciação não exclui a totalidade da infância. Pelo contrário, como coloca Pereira (em um artigo que inscreve no campo da Sociologia da Infância), tal diferenciação demonstra uma integração de “uma categoria geracional específica dentro de outra categoria geracional que é a infância, considerando, assim, suas variações intra-geracionais” (PEREIRA, 2010, p.110).

linguagem somente se remete à oralidade, ou à escrita. O desafio proposto é buscar alargar essa concepção e ir além, tentando ver como são ricas as formas pelas quais as crianças vivem no mundo, o transformam e o quanto essas experiências se dão nas linguagens.

O estudo que aqui apresentamos, articula pontos como linguagens humanas e bebês, problematizando concepções e práticas estereotipadas e homogêneas na Educação Infantil. Reconhecendo os bebês como sujeitos, com capacidades, corpos que sentem, agem, aprendem, propomos que desafie nossas certezas e nos coloquemos a ser ensinados por esses bebês, através das interações. Estas, por sua vez, não podem ocorrer sem a presença das linguagens, visto que nas experiências cotidianas, no encontro com o outro, o corpo, cultural e não-fragmentado, vive e reinventa-se nas linguagens. A questão é compreender que, se um bebê se apropria de elementos de seu contexto, cria a partir dele, sente, se expressa, significa e interage a partir de (muitas) linguagens, essas formas de viver o mundo precisam ser centrais em toda Educação Infantil, de modo que eles vivenciem experiências mais ricas, e as crianças mais velhas encontrem espaço para todas as suas linguagens – não somente para aquelas que os adultos, de forma estanque, vêm escolhendo por elas.

Choros, risadas, passinhos de dança, pinceladas, versos cantarolados, “fazes-de-conta”, balbucios, toques de carinho, olhares, mordidas, esculturas, etc. são manifestações de linguagens humanas por meio das quais as crianças vão vivendo nos seus grupos sociais e com seus pares, vão criando e recriando, vão deixando suas marcas no mundo hoje. Elas vão se percebendo enquanto capazes, ativas, visto que encontram incontáveis maneiras de ver e fazer as coisas, diferentemente de nós, adultos, que muito ainda estamos presos às formas estereotipadas e fixas de viver e pensar.

Frente a isso, colocamo-nos a pensar sobre como estamos nos constituindo enquanto professores e professoras da Educação Infantil. Passamos por outras experiências na escola quando éramos crianças e fomos nos constituindo a partir de tudo isso que vivemos, vimos, ouvimos, fizemos. Tudo, cada detalhe nos formou e é importante que os transformemos, que possamos ir além, problematizando cada experiência, pois o contexto agora é outro, as necessidades são diversas e os estudos demonstram a urgência de que se planejem experiências com a criança de hoje, e não adaptando ou reproduzindo o que se viveu no passado.

Tudo isso, traz de volta os questionamentos sobre as práticas na Educação Infantil: como as especificidades da creche enquanto instituição educativa coletiva vêm sendo

garantidas? As linguagens valorizadas nas instituições ainda são somente as orais e as escritas? Como ficam os bebês e crianças (bem) pequenas? Qual o espaço permitido às outras formas de expressão, criação e interação?

Questionarmo-nos é um exercício diário, diríamos até uma necessidade para que nossa constituição infindável não se dê somente a partir de nós, mas também a partir das mudanças, dos anseios, dos sujeitos com quem convivemos, do contexto onde estamos inseridas. Agora, então, apresentamos pontos que podem nos ajudar a refletir sobre essas inquietações de forma que se abra espaço para que novas questões surjam, em um movimento contínuo de problematização. Como diz Kohan,

Este é o valor principal de uma experiência de escrita: não contribuir para constatar uma pressuposta verdade, mas sim transformar a relação que temos conosco mesmos, ao transformar a relação que mantemos com uma verdade na qual estávamos comodamente instalados antes de começar a escrever. (2003, p. 17)

Intencionamos que esta breve escrita ajude a subverter concepções adultocêntricas, enriquecer experiências nas creches e permitir maior reconhecimento aos bebês. Trazemos questionamentos com vistas a afastarmo-nos de verdades ditadas e a buscar outras relações com os bebês, tanto no currículo das instituições de Educação Infantil, quanto nas pesquisas, que possam vir a destacar suas especificidades e a valorizar suas capacidades – entre elas a de nos ensinar sobre como eles são e sobre como vivem nas suas primeiras experiências de vida.

Para tanto, a partir de um estudo teórico de materiais recentes acerca dos bebês e sobre as pesquisas com crianças, na primeira seção, falamos acerca da constituição histórica enquanto importante fator para entendermos como os bebês vêm sendo vistos. Na segunda seção, englobamos nossas compreensões acerca deles e reflexões sobre as linguagens como componentes do humano, tão vivas nas crianças pequenininhas, trazendo pontos para pensarmos suas relações educacionais na creche.

E ainda, na terceira seção, apresentamos pontos que consideramos essenciais atualmente a respeito da visibilidade dos sujeitos-crianças e de suas participações, enfocando na questão das pesquisas. Pensamos algumas questões que podem vir a contribuir para a realização de pesquisas com crianças, especialmente, com bebês. Por fim, surgem algumas considerações sobre essa experiência de escrita, retomando questionamentos necessários para as próximas experiências, sejam de escrita, de relações com os bebês nas creches, ou nas

pesquisas.

Os bebês ao longo de um recorte histórico

Como colocado anteriormente, os estudos que reconhecem os bebês em suas potencialidades, as pesquisas com eles e a busca de vivências nas creches que sejam de seu interesse e promovam seu desenvolvimento de forma integral são preocupações relativamente recentes. Para compreender como conseguimos chegar nessas questões, propomos uma retomada histórica bastante rápida, mas que contemple pontos fundamentais da intersecção infância-educação.

Schmitt (2008), em sua dissertação de Mestrado sobre as relações dos bebês em uma creche, faz uma análise desse processo histórico que irá ajudar a refletir sobre como os bebês possam ter sido percebidos. Somos convidados a voltar para antes do século XVIII, em uma sociedade que, apesar de diferenças sócio-culturais, não possuía condições básicas de saneamento e procedimentos medicinais para um desenvolvimento sadio, bem como não planejava instituições educacionais coletivas – muito menos a se tratar das crianças pequenas. Devido a isso, era comum que recém nascidos e crianças bem pequenas não sobrevivessem. As famílias muitas vezes imaginavam que isso aconteceria e, portanto, mantinham-se desapegadas deles, demonstrando, a um olhar atual, pouca preocupação com a vida e os sentimentos dos bebês.

Não só os bebês foram desvalorizados socialmente, mas também as crianças mais velhas, ainda que em menor grau de rejeição e desapego – muito provavelmente por já assumirem papéis sociais compartilhados com os adultos. Uma maior preocupação para com eles, então,

não surgiu por benevolência, mas por razões atreladas à estrutura social e à política, oriundas de uma necessidade de preservação da população e da produção de mão de obra para o novo sistema produtivo, para a guerra e pelo interesse de formar futuros homens guiados sobretudo, pelos preceitos iluministas da racionalidade. (SCHMITT, 2008, p. 20)

As crianças passaram a ser mais valorizadas pela possibilidade de se tornarem adultos condizentes com a sociedade que se desejava. Destaca-se a importância que a

educação ganhou como a responsável pela dominação do ser infantil ao mesmo tempo em que o preparasse para tornar-se adulto. Pensemos, então, onde ficariam os bebês nesse contexto: não participavam das ações sociais, logo, ainda não estariam preparados para tornarem-se adultos e por isso não havia preocupação com relação à sua educação.

A prática que mais ocorria era a de entregar os bebês a amas-de-leite para serem cuidados, o que muitas vezes não ocorria, pois era alto o índice de mortes na pequeníssima infância. Outra prática que perdurou era mandar os bebês rejeitados, independente do motivo, para a Roda dos Expostos (SCHMITT, 2008). Vê-se uma preocupação para que eles, no futuro, não viessem a causar problemas sociais, já que, ao viverem nas ruas, seriam considerados marginalizados e pouco moralizados, prejudicando a sociedade. Por outro lado, já é visível certa preocupação com eles, para que não morressem abandonados, sem o batismo, ou até mesmo para que conseguissem sobreviver, ainda que em condições não muito boas (MARCÍLIO, 1998).

Em meio a isso, com as transformações sociais, tem-se o destaque das ciências que passaram a estudar as crianças. São estudos que se ampliaram e se disseminaram em áreas como a Pediatria, a Psicologia e a Educação. Devido às novas descobertas, surgem padrões universais, como metas que deveriam ser alcançadas para o desenvolvimento saudável das crianças, que passou a ser visto como uma evolução prevista, melhor atingida por processos educacionais e pelo esforço das mães, tidas como as responsáveis pelo cuidado de seus filhos.

A complexa relação há muito tempo estabelecida entre o cuidado/educação das crianças e a mulher (também referente à mãe, mas não necessariamente), é um dos pontos que demarca uma das questões trabalhadas posteriormente neste texto: a invisibilidade dos sujeitos infantis. Nas palavras de Gottlieb,

O trabalho maternal que as mulheres fazem no mundo todo permaneceu por muito tempo nas sombras, relegado à chamada esfera doméstica (Stack & Burton, 1994). Mesmo quando começamos a prestar mais atenção em suas vidas reprodutivas, os produtos de toda essa reprodução – os próprios bebês – permaneceram esquecidos. (2009, p. 321)

Senão esquecidos, foram, muitas vezes, colocados à sombra de objetivos alheios. Um exemplo é o discurso difundido de que, ao serem disciplinadas na escola, as crianças poderiam transmitir os ideais desejados para os demais membros da família. A infância passou “a ser considerada como um período diferenciado da idade adulta, propício para a preparação

do novo homem da Modernidade” (SCHMITT, 2008, p .28), não sendo reconhecido ainda o tempo da infância, a criança e o bebê enquanto sujeitos, com direitos que busquem qualidade de vida e ressaltem o repeito às suas particularidades. Ainda assim, reconhecemos que é inegável a atenção que recém-nascidos e crianças bem pequenas passaram a ganhar, principalmente na área da saúde, com a influência da Puericultura.

Como a mulher foi responsabilizada pela educação dos pequenos, na medida em que emergiu a necessidade de ela entrar no mercado de trabalho (pela baixa renda, divórcio, perda de marido pela guerra, etc.), as creches começaram a ganhar centralidade enquanto lugar de cuidado das crianças cujas mães não apresentavam condições para tal. Mas essa evidência das creches, por um lado, se deu de forma negativa, já que muitas vezes era vista como um “mal necessário” (VIEIRA, 1986 apud SCHMITT, 2008): uma necessidade para apenas algumas famílias. Os ideais que as permeavam visavam ao controle social e à assistência, assumindo características que, na época, a desvalorizavam com relação à escola e à própria pré-escola, e assim, não possibilitando que os bebês vivessem diferenciadas experiências fora do contexto familiar.

Porém, mais mudanças sociais ocorreram no século XX, como o grande número de mulheres que começou a trabalhar e a crença na existência de carências culturais entre as classes, as quais poderiam ser, nessa compreensão, compensadas com a educação das crianças pequenas, como analisou Kramer (1992), junto a lutas de sindicatos feministas e reformas na legislação foram transformando as relações educacionais. Logo,

a educação das crianças pequenas torna-se uma questão a ser resolvida pela sociedade global. O crescente número de instituições de educação para a infância pequena incrementa a legitimidade da presença de outros adultos na educação das crianças e, conseqüentemente (sic), a preocupação de definir qual o papel deles e sua qualificação (PLAISANCE; RAYNA, 1997 apud SCHMITT, 2008, p. 39)

Legitimidade, esta, que passou a ser assegurada pela legislação. A partir da Constituição Federal de 1988, foi garantido o direito à educação para crianças de 0 a 3 anos na creche, procurando romper com a ideia de que seja só um espaço de cuidado para filhos de mães trabalhadoras, o que foi reforçado com a LDB nº 9.394/96, que instituiu a Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica (CAMPOS, 1999). Além disso, ou por conta disso, a procura pela creche vem se ampliando e não mais somente as mães são responsáveis pela educação das crianças. O interesse em saber mais acerca dos bebês também cresceu e os

estudos começaram a mostrar a importância da creche como ambiente de educação coletiva que complementa as práticas familiares (BRASIL, 2009), rompendo com um padrão de desenvolvimento que a creche deveria promover.

Pensando mais diretamente em como os bebês se constituíram nessa configuração histórico-social, Silva e Pantoni, colocam que

Durante muito tempo, as formas de comunicação dos bebês, marcadas pela expressividade corporal e motora, foram negligenciadas, orientando ações no interior das instituições que reforçavam uma suposta incapacidade relacional dos bebês com o mundo físico e social. Essas concepções, junto com as ideias de creche como “mal necessário” e da família como único espaço adequado para a educação da criança bem pequena, formavam um terreno fértil para práticas que também ajudavam a constituir um bebê pouco ativo. A nova concepção de criança e o olhar para os processos comunicativos e interacionais dos bebês têm emergido dos estudos que revelam a sensibilidade dos bebês às manifestações afetivas e estéticas do seu meio cultural, assim como o compartilhamento da emoção e atenção desde cedo nas relações interpessoais e a capacidade de interagir com o outro por meio dos recursos de que dispõem. Essas ideias romperam com uma concepção da infância como uma fase marcada pela negatividade, pelo vir a ser. O bebê passou a ser compreendido como um sujeito que é agora, inteiro. (2009, p. 5-6)

É possível ver o quanto foi dada maior valorização à participação das crianças bem pequenas em função da maior visibilidade (em parte permitida pela crescente realização de pesquisas e de práticas reflexivas compartilhadas) dada às suas (inter)ações, formas de viver, criações, interrogações a vivências adultocêntricas e mecânicas. Com esse reconhecimento, as creches também se apropriaram de novas concepções educacionais. Frente a tudo isso, procuramos trazer a seguir ideias sobre como podemos pensar os currículos das creches a partir das vivências com os bebês, destacando as linguagens enquanto centrais nas experiências de vida.

Bebês, linguagens e creches

A partir desse processo histórico, do lugar que os bebês ocupavam de incapazes, não-importantes, incompetentes, os estudos e as relações têm permitido que nos desprendamos desses olhares adultocêntricos para percebermos quantas capacidades, competências e potencialidades eles possuem, tanto motoras, sensoriais, quanto relacionais, cognitivas, já que são integradas. Além disso, salientam Richter & Barbosa (2010) que “os bebês sabem muitas

coisas que nós culturalmente não conseguimos ainda ver e compreender e, portanto, reconhecer como um saber” (p. 87), demonstrando a complexidade do que é ser bebê.

Sabemos que eles são, sim, dependentes dos adultos para sobreviver, mas emerge, então, a necessidade de que nos coloquemos abertos para compreender suas expressões e ações. Essa atenção, que não cabe ser excessiva, e as relações afetivas são essenciais para o bem-estar e o desenvolvimento dos bebês e crianças bem pequenas. Elas, que possuem as suas especificidades e formas de (re)criar o mundo, aprendem com todas as vivências cotidianas, com as interações com o outro e com o meio, e rapidamente crescem, em todos os seus aspectos (RICHTER; BARBOSA, 2010).

Precisamos ainda ressaltar que cada bebê é ao mesmo tempo sujeito social e autor individual, pois desde pequeno é ativo, interage, se relaciona, vive em uma sociedade imersa em cultura, mas também cada um possui suas singularidades, ritmos, linguagens, gostos: “Os bebês possuem um corpo onde afeto, intelecto e motricidade estão profundamente conectados e é a forma particular como estes elementos se articulam que vão definindo as singularidades de cada indivíduo ao longo de sua história”. (BARBOSA, 2010, p. 2)

E esse corpo, tão ativo, é uma porta para desvendar o mundo e reconstruí-lo, pelas muitas linguagens que os bebês possuem e inventam – suas próprias formas de expressão e interação por meio de seus corpos, cheios de possibilidades. Como ainda não fomos alfabetizados nessas muitas linguagens (BRASIL, 2009), é preciso que mais estudos sejam feitos para que possamos nos relacionar cada vez mais – e melhor – com os bebês, considerando-os em suas particularidades, como sujeitos (cri)ativos e de direitos.

Cada um deles, ao nascer, traz consigo o novo, o inesperado, o que não podemos prever ou determinar. Traz também uma marca muito forte no humano: “o desejo de se comunicar e se relacionar” (BRASIL, 2009, p. 83). As linguagens estão presentes nos bebês, como nas crianças e nos adultos (apesar de muitos destes não viverem a riqueza de experiências que elas possibilitam). Aliás, a complexidade de formas de expressão e criação de sentido não permite mais que compreendamos só a fala ou a escrita como linguagem, pois “muito antes do início da fala, os bebês estão utilizando todos os seus sentidos para brincar e para se comunicar conosco (Forbes, 2004, p. 110). A linguagem não se manifesta através da fala, e os bebês podem e se comunicam de diversas maneiras” (DOHERTY et al., 2011, p. 150).

Essa diversidade nas formas de comunicação dos bebês é composta por risos, choros,

danças, movimentos, músicas, olhares, brincadeiras, gestos, modelagens, etc., todas as possíveis e inimagináveis formas de “compartilhar sentidos e comunicar significados, ou seja, de leitura, de interpretação, de expressão e de produção de significados simbólicos e não no sentido restrito de linguagem verbal, oral ou escrita” (BRASIL, 2009, p. 85). As linguagens nos mantêm conectados com os outros e com o mundo, permitem-nos que convivamos em sociedade, que as portas para novas experiências sejam abertas e que signifiquemos aquilo que vivemos, das mais diferentes maneiras.

Vivemos linguagens todos os dias nas relações e práticas sociais, embora às vezes não percebamos. Mas são elas que, ao termos as possibilidades de compreender, expressar e criar, constituem a nossa história, visto que são produzidas narrativas, que deixam nossas marcas e possibilitam que revivamos o que passou, a partir de olhares críticos. E a narrativa também é componente da vida dos bebês, dentro ou fora da creche:

(...) o currículo é vivenciado pelas crianças pequenas não apenas através de propostas de atividades dirigidas, mas principalmente através da imersão em experiências com pessoas e objetos, constituindo uma história, uma narrativa de vida, bem como na interação com diferentes linguagens, em situações contextualizadas, adquirindo, assim, o progressivo domínio das linguagens gestuais, verbais, plásticas, dramáticas, musicais e outras e suas formas específicas de expressão, de comunicação, de produção humana. (BARBOSA, 2010, p. 5)

Busca-se, nesta perspectiva, um currículo recheado de possibilidades, culturas familiares, muitas e muitas brincadeiras, experiências diversificadas e ricas, sem prescrever conteúdos, mas promovendo vivências em linguagens, práticas sociais coletivas imersas em culturas e significativas para os bebês – e não para o olhar adulto, que busca sempre produzir sem valorizar as aprendizagens e construções diárias, que é o que permanece conosco mesmo sem estar corporificado em algo material. Até porque, como Walter Benjamin colocou: “Todo desempenho infantil orienta-se não pela ‘eternidade’ dos produtos, mas sim pelo ‘instante’ do gesto” (2002, p. 117).

O pensamento do próprio Benjamin, embora não se referindo diretamente à educação das crianças pequenas, também ajuda-nos a perceber como é preciso uma reinvenção do currículo das creches. Jobim e Souza (2008) entrecruzando o pensamento de Benjamin com o de Agamben (2005), leva-nos a compreender que a infância se constitui um *experimentum linguae*, que é possibilidade de recuperação da pura expressão e que nela se dá a necessidade da linguagem. O nosso tornar-se humano ao chegarmos ao mundo requer experiências

com/em linguagens para que possamos interagir, construir, nos desenvolver, sobreviver.

Mas não podemos, enquanto adultos, privar os bebês e as crianças de vivências com diferentes linguagens, valorizando uma ou outra. Se a própria infância é *experimentum linguae*, urge que cada criança experimente todas as linguagens que possui, que existem, que possa vir a criar. Falta, segundo compreendemos em Benjamin, construir os currículos das creches com seus sujeitos, os bebês, em processos que abram as portas para a imaginação, a coletividade, as sensações, o simbólico, enfim, as linguagens enquanto expressão, criação e narrativa. Para isso, é preciso o reconhecimento e a valorização desses bebês, o interesse em conhecê-los, em aprender com eles, até porque,

Conhecer as crianças permite aprender mais sobre as maneiras como a própria sociedade e a estrutura social dão conformidade às infâncias; sobre o que elas reproduzem das estruturas ou o que elas próprias produzem e transformam através da sua ação social; sobre os significados sociais que estão sendo socialmente aceites e transmitidos e sobre o modo como o homem e mais particularmente as crianças – como seres humanos novos, de pouca idade – constroem e transformam o significado das coisas e as próprias relações sociais. (ROCHA, 2008, p. 48)

Destacamos, como uma possibilidade para esse *conhecer*, a realização de pesquisas com crianças. Interagindo, buscando maneiras de escapar aos julgamentos adultos determinantes e abrindo-nos ao novo, podemos vivenciar formas de pesquisar que nos ajudem a melhorar nossas relações (dentro e fora da escola) com as crianças, enriquecer as vivências, refletir sobre nossos valores e ações e até valorizar a profissão docente. Além disso, ou melhor, primordialmente, quanto mais permitirmos espaço para as capacidades das crianças bem pequenas nesses processos, mais reconhecidas serão suas especificidades e complexas formas de viver, o que pode vir a garantir políticas públicas que ampliem seus direitos e respeitem suas necessidades. É pela busca de mais (qualificadas) pesquisas com crianças, sobretudo com bebês, pois ainda são minoria em termos de quantidade e de reconhecimento, que trazemos as próximas reflexões.

Pesquisas com bebês

Valemo-nos, nessa escrita, de estudos que partem de diferentes caminhos, como a

Antropologia da Criança, a Sociologia da Infância e mais recentes vertentes da Psicologia², para trazer alguns pontos que consideramos importantes ao pensarmos em pesquisar com sujeitos de 0 a 3 anos hoje. São estudos que ajudaram, a partir de pesquisas realizadas em campo, a aprender mais com os bebês acerca de como eles são e também de como vivem em instituições educacionais coletivas. Buscamos apresentar algumas questões para refletir sobre como outras pesquisas com eles possam ser feitas em nossa sociedade, onde o conhecimento não mais pode se dar sob a forma da verdade e os saberes caminham por entre diversos campos teóricos.

Partindo do reconhecimento de que, desde o nascimento, somos capazes, agimos e sentimos, destacamos que o sentido em fazer pesquisa, não *sobre*, unilateral e determinante, mas *com* crianças, e portanto, *com* bebês, é buscar o significado contextualizado para eles, o olhar de *dentro*, “pois estamos interessados no modo como as crianças dão um sentido para fatos das suas vidas, como elas próprias interpretam as suas experiências ou estruturam o mundo social no qual vivem” (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 50 apud DELGADO; MÜLLER, 2005, p. 10). Reconhecemos que essa é uma tarefa difícil, ainda mais para adultos, que possuem tantos olhares cristalizados e que, muitas vezes, acabam caindo nas armadilhas do adultocentrismo, do infantocentrismo e do uniformismo alertadas por Sarmiento (informação verbal, 2005 apud DELGADO; MÜLLER, 2005). Entretanto, o desafio em fazer pesquisa com crianças não está em ignorar todo o conhecimento construído acerca delas, ou a bagagem teórica de cada pesquisador, como se pudéssemos nos desfazer de nossos olhares e toda essa caminhada, mas está em não considerar as crianças como um vir-a-ser, sem capacidades, saberes, especificidades ou diferenças.

Em um recente artigo, Carolina Gobbato (2010) traz experiências que viveu com bebês durante sua pesquisa de Mestrado. Em meio aos seus relatos, questionamentos e

² Diferentemente do papel que a Psicologia teve ao normalizar padrões de comportamento e ditar métodos educacionais no passado, não reconhecer o caráter que ela vem incorporando seria bastante equivocado. Além de ter sido pioneira nos estudos que se interessam pelos bebês (PEREIRA, 2010), a Psicologia vem se preocupando em considerar outros aspectos, como a história, a cultura e o ambiente em seus estudos, pois cada vez mais as áreas do conhecimento são múltiplas (BARBOSA, 2009). Portanto, não cabe ignorar suas contribuições, isolando novamente as crianças, e sim compreender que a complexidade das infâncias não permite ser pensada só de um ponto de vista (PEREIRA, 2010), mas de interlocuções entre a multiplicidade de infâncias, de características que compõem as vidas das crianças e de áreas do conhecimento, também incluindo, assim, a Psicologia do Desenvolvimento e a Psicologia Cultural (BARBOSA, 2009). A área da saúde, cuja atenção às crianças e bebês aqui já teve destaque, também vem contribuindo, sobretudo a partir de atuais pesquisas em Neurociências e do Desenvolvimento, para superar a visão de incompetência e vulnerabilidade desses sujeitos, afirmando-os como capazes e potentes no aprendizado (DOHERTY et al., 2011).

reflexões, ajuda-nos a perceber que eles participam nas pesquisas, já que ela acredita que “não se produza conhecimento sozinho numa pesquisa, mas sim na relação com o outro” (GOBBATO, 2010, p. 8). A pesquisadora, a partir das relações construídas com os bebês, demonstra-nos o quanto eles são autores no processo, já que era sempre convidada a participar de brincadeiras, interações, momentos que propunham ou que iniciavam.

O processo de pesquisar, com bebês, é intenso, surpreendente, vivo, enriquecedor, visto que eles interagem muito, rompem com ideias verticais, polarizadas de pesquisa, onde há pesquisador somente em um lado. Os bebês, além de também pesquisarem aquele *outro* que interage com eles, introduzem no cotidiano o novo, o inusitado, o inimaginável e, assim, o papel do pesquisador adulto precisa ser flexível dentro dessa vivência complexa, “valorizando aquilo que emerge no cotidiano da pesquisa, que não pode se previsto de antemão” (GOBBATO, 2010, p. 7). Ademais, não basta reconhecermos que os bebês possuem muitas linguagens para se expressarem, criarem e interagirem. Precisamos estar abertos a essa multiplicidade e entender que pesquisar com bebês implica aceitar o desafio de vivenciar diferentes experiências com linguagens: trocar olhares e sorrisos, fotografar, brincar, cantar, escrever, dar colo, fazer e receber carinho, etc.

Tudo isso pressupõe, como propõem Graue e Walsh (2003), deixar de inventar sobre as crianças para descobrir com elas, a partir de seus contextos, não se prendendo a questões fragmentadas ou áreas estanques de conhecimento. Isso nos desestabiliza, já que “explicar como as crianças realmente são, apelando a uma autoridade, é muito mais fácil do que descobrir” (GRAUE; WALSH, 2003. p. 11). Entretanto, nossas experiências não mais permitem que nos prendamos a estereótipos quando passamos a refletir acerca do que ocorre na convivência com bebês. Certamente é uma tarefa mais difícil, contudo, se não quisermos somente apresentar conclusões precipitadas e pontuais, decorrentes mais de nossos valores e do que da realidade, é imprescindível desafiar nossas certezas e permitir-nos aprender com o outro:

A escolha por pesquisar com os bebês e não sobre os bebês traz subjacente muitos significados. Primeiramente, significa que tenho o que aprender com eles e que, portanto, eles não são inferiores a nós adultos; conforme Zago [2003], eles, assim como os outros informantes da pesquisa, tem formas próprias de marcar o mundo. Em segundo lugar, significa reconhecer que eles não sabem menos, mas que sabem outras coisas ou, ainda, que sabem coisas das quais talvez nós, os adultos, não as saibamos. (GOBBATO, 2010, p. 2)

Acreditar que ainda temos muito a aprender com relação a eles e a nos deixarmos ensinar por eles não exclui a importância que temos enquanto pesquisadores e pesquisadoras, professores e professoras, adultos que vêm se interessando e construindo saberes acerca das crianças a partir de diferentes contextos, estudos, pontos de vista. Muito já caminhamos com relação ao reconhecimento das crianças. Porém, é preciso lembrar que a diversidade e a rápida transformação com que elas vivem suas infâncias implicam uma constante caminhada, flexível, incerta, mas ao mesmo tempo, possibilitadora de valorização das suas especificidades e seus direitos, como também do nosso papel, cada vez mais complexo, junto a elas.

Considerações Finais

Ao reconhecer todas as variadas e complexas formas de os bebês interagirem, expressarem-se, criarem, enfim, de sobreviverem em sociedade, entendê-los como sujeitos sócio-culturais, ativos, criativos, com potencialidades e capacidades, salientamos que precisamos sempre interagir com os bebês em muitas linguagens, para junto com eles, descobrir o que sentem e querem, e assim, poder vivenciar experiências ainda mais ricas, mais significativas na constituição humana de cada um.

O bebê em sua chegada no mundo tem necessidade de afeto, de relacionar-se, de aprender. As linguagens ganham centralidade nesse processo, sendo componentes do humano que permitem viver no mundo, interagir, sentir, deixar marcas. Precisam ser valorizadas como vivências, presentes a cada ação de expressão e criação, que superam a fragmentação entre as próprias linguagens e as buscas por produtos finais e estereotipados. Inclusive, se há a compreensão de que as aprendizagens nos primeiros anos de vida estão relacionadas a si mesmo, ao mundo físico e cultural e às pessoas que lhe são queridas, em meio a linguagens, interações e brincadeiras (BARBOSA, 2010), vemos como o trabalho enquanto professor/professora de creche é complexo, rico e desafiador, pois o grupo é diversificado, as experiências são permeadas por diversas concepções culturais e o cotidiano é inusitado.

Complexo, rico e desafiador também é o trabalho de pesquisar, seja feito pelo próprio professor ou professora da turma com suas crianças, ou por outros profissionais com elas – aliás, reafirmamos que essa é uma das iniciativas pelas quais as creches e os bebês vêm

sendo reconhecidos e valorizados concomitantemente.

Assim, a escolha por pesquisar com os bebês na creche:

- (i) significa que está sendo reconhecida a capacidade de agência dos bebês em suas ações e relações,
- (ii) possibilita tê-los como sujeitos na pesquisa para além de objetos,
- (iii) tem limitações quanto a sua participação na pesquisa, as quais são reflexo do papel do pesquisador adulto que interagirá com eles mas ao tempo todo tomará decisões quanto aos rumos da pesquisa. (GOBBATO, 2010, p. 4)

Referente à participação dos bebês em pesquisas, ainda temos muitas limitações: poucos estudos existentes e investimentos para pesquisas nessa área, baixo interesse dos profissionais com relação à creche e aos primeiros anos de vida, pequeno reconhecimento das possibilidades de experiências ao chegar no mundo, etc., sem pensar nas questões éticas em pesquisar com bebês: somente a autorização dos responsáveis basta? Qual o espaço do pesquisador-adulto na vida do bebê? É o mesmo permitido ao pesquisador-bebê com relação ao adulto? Como se encerra o vínculo criado com os bebês no término da pesquisa? Quais imagens podem ser publicadas? Por que elas não são entregues às famílias? Como não invadir o trabalho na creche, mas ao mesmo tempo atender aos chamados dos bebês?

Por uma necessidade, findamos essa experiência de escrita. Entretanto, apesar de aqui terminar, ela possibilita novos começos, recomeços e continuidades para pensarmos e experienciaros diversificadas e intensas interações com os bebês e as crianças bem pequenas, reconhecendo a capacidade de viverem suas infâncias com todas as possibilidades existentes e ainda a serem inventadas na humanidade. Por isso, os questionamentos continuam. Aliás, não queremos que cessem, pois quando a busca é dada como acabada, não damos espaço ao novo, ao inusitado, ao nascimento de novas possibilidades, bem como ocorre com cada bebê que chega para viver o/no mundo.

Referências

BARBOSA, Maria Carmen Silveira. Como a sociologia da infância de William A. Corsaro pode contribuir para as pedagogias da educação infantil. In: MÜLLER, Fernanda; CARVALHO, Ana Maria Almeida (Orgs.). **Teoria e prática na pesquisa com crianças: diálogos com William Corsaro**. São Paulo: Cortez, 2009. p. 177-188.

BARBOSA, Maria Carmen Silveira. **As especificidades da ação pedagógica com os bebês**. 2010. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=6670&Itemid> Acesso em: 02 out. 2010.

BENJAMIN, Walter. **Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação**. São Paulo: Duas Cidades, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. **Práticas cotidianas na Educação Infantil – bases para a reflexão sobre as orientações curriculares**. Projeto de cooperação técnica MEC e UFRGS para construção de orientações curriculares para a Educação Infantil. Brasília, 2009. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/relat_seb_praticas_cotidianas.pdf> Acesso em: 24 nov. 2009.

CAMPOS, Maria Malta. A mulher, a criança e seus direitos. **Cadernos de pesquisa**. São Paulo, n.106, p. 117-127, mar. 1999.

DELGADO, Ana Cristina Coll; MÜLLER, Fernanda. Abordagens Etnográficas nas pesquisas com crianças e suas culturas. In: **Anais da 28ª Reunião Anual da ANPEd – GT de “Educação infantil 0 a 6 anos”**, Caxambu, MG: 2005. Disponível em:
<<http://www.anped.org.br/reunioes/28/textos/gt07/gt0781int.rtf>> Acesso em: 13 mai. 2011.

DOHERTY, Jonathan et al. Nascidos para brincar - Bebês e crianças pequenas brincando. In: BROCK, Avril (org) **Brincar: aprendizagem para a vida**. Porto Alegre: Artmed, 2011. p. 127-159.

GOBBATO, Carolina . Pesquisar com os bebês na creche: reflexões trilhadas nesse exercício. In: **VI SEPESQ - Semana de Extensão, Pesquisa e Pós-Graduação: Construindo a interdisciplinaridade**, Porto Alegre, 2010. Disponível em:
<http://www.uniritter.edu.br/eventos/sepesq/vi_sepesq/arquivosPDF/27917/2280/com_identificacao/trabalho.pdf> Acesso em: 28 mai. 2011.

GOTTLIEB, Alma. Para onde foram os bebês? Em busca de uma Antropologia de Bebês (e de seus Cuidadores). **Revista de Psicologia USP**, São Paulo, p. 313-336, jul./set. 2009.

GRAUE, Elizabeth; WALSH, Daniel. **Investigação Etnográfica com Crianças: Teorias, Métodos e Ética**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

JOBIM E SOUZA, Solange. Walter Benjamin e a infância da linguagem. In: **Revista Educação: Biblioteca do professor – Benjamin pensa a educação**, São Paulo, nº 7, p. 36-47, mar. 2008.

KOHAN, Walter. **Infância**. Entre educação e filosofia. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

KRAMER, Sonia. **A política do pré-escolar no Brasil**: a arte do disfarce. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1992.

BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 19, p. 20-28, jan./fev./mar./abr. 2002.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História Social da Criança Abandonada**. São Paulo: Editora Hucitec Ltda, 1998.

PEREIRA, Rachel Freitas. As culturas da infância nas dinâmicas de sociabilidade entre bebês. **Revista Momento (Rio Grande)**, Rio Grande, v. 19, p. 105-121, 2010.

RICHTER, Sandra Regina Simonis; BARBOSA, Maria Carmen Silveira. Os bebês interrogam o currículo: as múltiplas linguagens na creche. **Revista Educação** (Santa Maria), Santa Maria, v. 35, n. 1, p. 85-96, jan./abr. 2010.

ROCHA, Eloísa Acires Candal. Por que ouvir as crianças? Algumas questões para um debate científico multidisciplinar. In: CRUZ, Silvia Helena Vieira (Org.). **A criança fala**: a escuta de crianças em pesquisas. São Paulo: Cortez, 2008. p. 43-51.

SCHMITT, Rosinete Valdeci. “**Mas eu não falo a língua deles!**”: as relações sociais de bebês num contexto de Educação Infantil. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2008. Disponível em: <<http://www.ced.ufsc.br/~nee0a6/rosinetdiss.pdf>> Acesso em: 03 de out. 2010.

SILVA, Ana Paula Soares da; PANTONI, Rosa Virgínia. Apresentação da série Educação de crianças em creches. In: BRASIL, Ministério da Educação. **Educação de Crianças em Creche - Salto para o Futuro**. TV Escola. XIX, n.15, p. 5-16, 2009. Disponível em: <<http://tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/18165615-Educricancascreches.pdf>> Acesso em: 20 mai. 2011.